



# **ÉTICA ANTIRRACISTA NA PESQUISA EM COMUNICAÇÃO: reflexões iniciais sobre a dimensão racial de práticas de pesquisa<sup>12</sup>**

## **ANTIRACIST ETHICS IN COMMUNICATION RESEARCH: early thoughts on the racial dimension of research practices**

Lucianna Furtado<sup>3</sup>  
Felipe Messias<sup>4</sup>

**Resumo:** O objetivo deste artigo é discutir a constituição de uma ética antirracista na pesquisa sobre relações raciais na Comunicação, debatendo as lacunas e desafios na concretização deste horizonte. A partir de nossas experiências como pessoas negras neste campo, identificamos e sistematizamos algumas práticas teórico-metodológicas e práticas de citação do campo que merecem maior atenção: a raça como categoria analítica; os usos da interseccionalidade; o diálogo com autorias racializadas; as hierarquias raciais nas referências; as dinâmicas de responsabilidade epistêmica. Por meio desses cinco pontos, buscamos contribuir com critérios para a avaliação, a reflexão e o engajamento crítico com a produção acadêmica na Comunicação, de modo a fortalecer a ética antirracista no campo.

**Palavras-Chave:** Epistemologia. Antirracismo. Relações raciais. Interseccionalidade. Pensamento afrodispórico.

**Abstract:** This paper aims to discuss the constitution of an antiracist ethics in research about racial relations in Communication, debating the gaps and challenges in achieving this goal. Grounded on our experiences as Black researchers on this field, we identify and systematize some of the field's theoretical-methodological practices and citational practices which deserve more attention: race as an analytical category; the uses of intersectionality; the dialogue with racialized authors; the racial hierarchies in the references; and the dynamics of epistemic responsibility. Through these five topics, we seek to offer criteria for evaluating, reflecting and critically engaging with academic research in Communication, in order to strengthen antiracist ethics in the field.

**Keywords:** Epistemology. Antiracism. Racial relations. Intersectionality. Afrodisporic thought.

<sup>1</sup> Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Comunicação, Raça e Interseccionalidades. 34º Encontro Anual da Compós, Universidade Federal do Paraná (UFPR). Curitiba - PR. 10 a 13 de junho de 2024.

<sup>2</sup> O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

<sup>3</sup> Pós-doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGCOM-UFMG), com bolsa do Programa Institucional de Pós-Doutorado (PIPD) da Capes. Integrante do Coragem - Grupo de Pesquisa em Comunicação, Raça e Gênero. E-mail: lucianna.furtado@gmail.com

<sup>4</sup> Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGCOM-UFMG), com bolsa Capes. Integrante do Coragem - Grupo de Pesquisa em Comunicação, Raça e Gênero. E-mail: felipemessias86@gmail.com

## 1. Introdução

Vocês mudam umas palavrinhas de seus vocabulários pra dizer que acham injusto esses mesmos homens de sempre, mudam alguns pequenos jeitos de se vestirem, uma ou outra coragem nasce em algum minuto, mas romper mesmo, abraçar a justiça com verdade, isso vocês não fazem. (Passô, 2023, p. 42).

Neste artigo, reunimos alguns apontamentos e reflexões sobre a constituição – além de lacunas, limitações e novos desafios na consolidação – de uma ética antirracista na pesquisa sobre relações raciais na Comunicação. A proposta é construída a partir das experiências como pessoas negras em nossa trajetória acadêmica. Neste momento de crescimento e fortalecimento dos estudos sobre estes temas na Comunicação, relacionados às ações afirmativas para pessoas negras na graduação e na pós-graduação, defendemos a importância de valorizar as boas práticas de pesquisa e de refletir coletivamente sobre o futuro. Defendemos, ainda, a relevância de pensar e debater formas de aprimorar nossa produção científica de maneira orientada por uma ética antirracista.

Embora os debates sobre relações raciais, tanto na Comunicação como em outras áreas, não sejam novos, tais debates têm ocorrido, majoritariamente, pela perspectiva dominante, isto é, da branquitude. Por outro lado, esta não tem se pensado em termos raciais, reproduzindo uma perspectiva colonial que se limita a racializar o Outro e tratá-lo como objeto. A exemplo do que aconteceu com a delegação brasileira no I Festival Mundial das Artes Negras, em Dacar, 1966, a Academia parece ter se esforçado para “manter longe [...] aqueles que poderiam, talvez, enegrecer em demasia” (Nascimento, 2024, p. 111) os estudos sobre relações raciais e colonialidade. Como reflete Lélia Gonzalez (1984), a elite intelectual branca brasileira está mais disposta a falar *sobre* e *para* as pessoas negras do que em nos ouvir e dialogar conosco. Não obstante, nossa presença cada vez maior nos ambientes de produção do conhecimento tem problematizado o enviesamento a partir do qual as relações raciais têm sido tematizadas, além de buscar a valorização de fontes que até então tinham sido invisibilizadas.

A partir dos avanços conquistados nesse cenário, nosso objetivo é discutir as contribuições de pessoas negras pesquisadoras para a reorientação do campo segundo uma ética antirracista, sistematizando critérios qualitativos para avaliar essa dimensão na produção científica. Para isto, iniciamos o trabalho com uma fase exploratória, refletindo a partir de

práticas cotidianas da nossa experiência: a leitura de trabalhos apresentados em eventos acadêmicos e artigos publicados em periódicos da área, as discussões no *Coragem - Grupo de Pesquisa em Comunicação, Raça e Gênero*, a leitura e troca de contribuições para os trabalhos de colegas, a elaboração de pareceres para artigos de eventos ou periódicos, além dos diálogos críticos que empreendemos com outros trabalhos em nossas pesquisas atuais e anteriores. A partir dessa reflexão, identificamos a recorrência de pontos fortes e lacunas que nos permitem propor critérios para balizar nossa própria produção, mas que também podem contribuir para os esforços de outras pessoas interessadas no atravessamento das relações raciais em diferentes âmbitos do campo da Comunicação. Além disso, acreditamos que o debate aqui proposto contribua para evidenciar a relevância de teorias negras para explicar a sociedade como um todo, uma vez que é por meio de múltiplas vozes que podemos compreender melhor o mundo em que vivemos.

Com o objetivo de propor um instrumento prático que possibilite uma análise crítica de trabalhos que pretendam se vincular a uma ética antirracista, desenvolvemos algumas questões centrais, de modo a unificar critérios e facilitar, metodologicamente, a análise dessas produções. Reunimos as questões em cinco tópicos, distribuídos em dois eixos principais: práticas teórico-metodológicas (a raça como categoria analítica; os usos da interseccionalidade) e práticas de citação (o diálogo com autorias racializadas; as hierarquias raciais nas referências; as dinâmicas de responsabilidade epistêmica). Por meio destas cinco abordagens, apresentamos uma proposta inicial com o objetivo de fomentar a reflexão crítica e o diálogo sobre os avanços conquistados coletivamente e sobre os desafios que enfrentamos (e enfrentaremos) na consolidação de uma ética antirracista no campo da Comunicação. A ideia é que, a partir dessa proposta e dos debates dela decorrentes, seja possível desenvolver e aprofundar iniciativas coletivas, além de derivar ferramentas para o desenvolvimento de novas pesquisas comprometidas com o combate ao racismo na produção de conhecimento.

## **2. Sobre a raça como categoria analítica**

Um impacto visível do ingresso crescente de pessoas negras na graduação e pós-graduação, fruto da atuação dos movimentos negros e das políticas de ações afirmativas, foi a ocupação das universidades com um número inédito, em termos coletivos, de pesquisas sobre relações raciais na Comunicação (Moura; Santos, 2022). Esta mudança, de extrema importância política, expôs os modos tradicionais e, muitas vezes, inadequados como o tema

era abordado – ou ignorado – pela maioria dos/as pesquisadores/as do campo, isto é, pela branquitude. Reconhecemos a importante atuação científica e política de pesquisadoras/es negras/os seniores, cuja presença na Academia antecede as políticas de ações afirmativas. Nesta seção, no entanto, nosso foco são as limitações da tradição normativa do campo, não os avanços realizados por estas poucas pessoas negras em caráter de exceção.

Entendemos que o modo como as relações raciais emergem nas pesquisas estão relacionados a diferentes perspectivas epistêmicas e objetivos, implicações e consequências igualmente distintos. Observamos, assim, três modos específicos de abordagem das relações raciais nas pesquisas em Comunicação: descritivo, temático e analítico. Um número significativo de trabalhos aborda a raça como elemento descritivo, ou seja, apenas como característica fenotípica do grupo analisado. Como consequência, estes estudos não conseguem explicitar como o racismo atua, direta ou indiretamente, nas interações sociais. Outra perspectiva que, embora mais complexa, também nos parece insuficiente, é aquela a partir da qual a raça é abordada apenas como tema, em que sujeitos, culturas ou epistemes racializadas figuram como objetos empíricos. Por outro lado, quando a raça é entendida como categoria analítica, além de figurar na dimensão empírica e epistêmica, a pesquisa busca desvelar os modos como a relações raciais operam formas de violência, opressão, desigualdade e desumanização e/ou investigar as ações de resistência antirracista no contexto analisado. Pode existir, ainda, um aprofundamento para evidenciar a centralidade da divisão racial da sociedade em sua dimensão ontológica e na produção das nossas subjetividades. Enquanto a raça como tema pode coexistir com abordagens folclóricas, fetichistas, paternalistas e até ofensivas (isto é, racistas), a raça como categoria analítica tem, em seu cerne, o objetivo de evidenciar as relações de poder instituídas por meio da divisão racial da sociedade, buscando expor os modos de operação do racismo, ainda que dissimulados, e intervir para combatê-lo.

Pesquisas anteriores sobre a abordagem de categorias de poder no campo da Comunicação no Brasil identificaram que as relações raciais têm sido pouco discutidas. Este é um cenário grave, especialmente para a área das Ciências Sociais e Humanidades, considerando que o racismo desempenha um papel central nos processos de desigualdade, violência, encarceramento e genocídio em curso no país (Nascimento, 1978). O levantamento de Montoro e Ferreira (2014) constata a escassez de pesquisas integradas sobre raça e gênero nos estudos do audiovisual e de recepção – em que predomina uma visão monolítica sobre

questões de gênero, que negligencia as implicações raciais no reconhecimento das mulheres brasileiras. As autoras apontam, ainda, limitações na compreensão sobre relações raciais, que tendiam a tratá-las como identidade étnica, sem considerar que o racismo se constitui em nossa sociedade, principalmente, por meio do fenótipo racial. Hoje, dez anos após a publicação desta reflexão, ainda há artigos do campo que tratam questões raciais sob a noção de *identidade étnica* ou que tomam “raça” e “etnia” como termos intercambiáveis, ignorando suas particularidades e a especificidade racial dos casos analisados. Em um cenário similar, o mapeamento recente de Lírian Sifuentes (2022, p. 24) identifica uma “alarmante ausência dos estudos sobre raça” nos estudos da Comunicação que articulam gênero, classe e raça, concluindo que “a elite intelectual da Comunicação no Brasil está ignorando a temática há muitos anos”.

Em uma pesquisa anterior (Furtado; Sepulveda, 2022), analisamos a abordagem (ou não) de categorias de poder em artigos sobre assassinatos no campo da Comunicação. Identificamos uma tendência à omissão das identidades sociais das vítimas ou, quando explicitadas, uma tendência a nomeá-las apenas como característica individual (mulher, negro etc), sem mobilizar as correspondentes categorias analíticas que dão sentido à violência abordada (violência de gênero/feminicídio, racismo/genocídio negro etc). Nesse contexto, percebemos que é especialmente comum que as vítimas negras não sejam descritas como tal, ainda que suas imagens sejam amplamente veiculadas, muitas vezes de forma desrespeitosa, na mídia. Em alguns casos, as autorias optam por uma abordagem despolitizada das tecnicidades, recursos linguísticos e narrativos, sem examinar as relações entre tais aspectos técnicos e as categorias de poder. Em outros, desenvolvem uma noção abstrata de direitos humanos que não diferencia as categorias de poder que fundamentam a desumanização de determinados sujeitos. Nos artigos analisados, raça, gênero, sexualidade e classe não costumam ser convocadas como categorias analíticas e, quando são, a preferência tem sido pelo gênero e classe, seletivamente desconsiderando a dimensão racial presente nos fenômenos empíricos analisados. Desse modo, ainda que exista uma tendência geral por abordagens individuais, desvinculadas de categorias de poder e sem diálogo com bibliografia que aborde esta dimensão, o campo silencia, especialmente, a raça como categoria analítica. Embora a maioria das vítimas de mortes violentas sejam pessoas negras, a discussão crítica sobre o racismo está ausente das análises e as contribuições de autorias negras estão ausentes das referências bibliográficas (Furtado; Sepulveda, 2022).

De modo semelhante, em pesquisa exploratória (Messias, 2023) a partir dos trabalhos apresentados entre 2011 e 2021 ao grupo de trabalho “Recepção, Circulação e Usos Sociais das Mídias”, na Compós, observamos a ausência da raça como categoria relevante dos pontos de vista descritivo, temático e/ou analítico. Mesmo o gênero, que tem um campo de estudos relativamente mais consolidado, foi majoritariamente abordado como característica descritiva dos públicos ou como consequência de uma segmentação de mercado, e não para compreender como o gênero fundamenta as dinâmicas em discussão. Ao analisar como pessoas brancas e negras descrevem imagens fotográficas protagonizadas por pessoas negras, concluímos que pessoas brancas tendem a reforçar o pertencimento racial majoritariamente quando pessoas negras são representadas em posições mais próximas de estereótipos raciais consolidados. Por outro lado, nas representações positivas, notadamente de mulheres negras, essas pessoas demonstraram maior tendência a ignorar o pertencimento racial como dado relevante e, portanto, mencionável (Messias, 2023). Nesse sentido, enquanto a associação a estereótipos e imagens de controle demanda a demarcação racial em sua construção de sentido, a associação a contextos positivos parece sugerir a omissão racial, aproximando os significados desejáveis de uma suposta neutralidade racial. A capacidade de ver, não ver e omitir a raça, portanto, está vinculada às relações de poder e às consequências que o reconhecimento – ou não – da raça implica nas relações sociais.

Assim, argumentamos que os resultados de Furtado e Sepulveda (2022) e Messias (2023) explicitam a lógica brasileira a partir da qual a raça é considerada de maneira ambivalente, explicada a partir do conceito de duplo nó (Gonzalez, 1995; Guimarães Corrêa; Furtado, 2024) ou duplo vínculo (Sodré, 2023). Reconhecer que pessoas negras, especialmente homens jovens, têm mais chances de serem vítimas de assassinatos violentos seria admitir a existência do racismo, descredibilizando o mito da democracia racial. Nesse mesmo sentido, ignorar seletivamente o pertencimento racial ou descrever racialmente pessoas negras apenas em situações que confirmem imagens de controle e estereótipos sustenta a lógica racista de modo dissimulado. Ou seja, determinada em quais lugares pessoas explicitamente negras podem ser vistas.

De volta ao campo epistemológico, examinamos questões raciais nos estudos decoloniais publicados nos periódicos mais bem avaliados do campo (Furtado, 2024). Identificamos que, embora a maioria dos artigos aborde epistemes, culturas e/ou sujeitos racializados como objetos empíricos, isto nem sempre ocorre de maneira central. Em alguns

casos, as questões raciais aparecem em segundo plano, enquanto outros as abordam sem mobilizar a raça como categoria analítica e sem discutir criticamente a dimensão racial ali presente. Mesmo entre os artigos que tratam de racismo ou de resistência antirracista, nem todos o fazem de maneira complexa: alguns não dialogam com autorias racializadas, enquanto outros não se amparam em *nenhuma* bibliografia para fundamentar a discussão sobre questões raciais.

A partir do exposto, argumentamos que a norma, no campo da Comunicação, tem sido silenciar a dimensão racial dos fenômenos estudados, seja por meio da abordagem individualizada dos fenômenos, da preferência por tratar de aspectos técnicos comunicacionais ou da predileção por outras categorias de poder que permitam dissimular a condição de privilégio das pessoas responsáveis pela pesquisa, como gênero e classe. Com frequência, a raça é tratada como tema ou característica descritiva dos sujeitos em discussão como objeto empírico, mas não é mobilizada como categoria analítica para desvelar a relação de poder presente nos fenômenos. Conforme apontado por Melo (2023), com as políticas de ações afirmativas e a recente inauguração de novos grupos de trabalho/pesquisa sobre relações raciais nos maiores eventos acadêmicos do campo, está em curso uma transformação desse cenário. Nesse contexto, o autor identifica a predominância de autorias da diáspora africana como referências mais citadas e o racismo na mídia e produções comunicacionais antirracistas como dois principais eixos de pesquisa.

Feita essa contextualização, propomos as seguintes perguntas para a avaliação de pesquisas quanto à abordagem da raça como categoria analítica:

- O trabalho aborda o racismo e/ou a resistência antirracista?
- A dimensão racial presente na empiria é abordada por meio da raça como categoria analítica para desvelar as relações de poder?

### **3. Sobre os usos da interseccionalidade**

Dentre as muitas contribuições do pensamento feminista negro para pensar a Comunicação, a interseccionalidade está entre as mais visíveis no campo atualmente, sendo utilizada para análises de raça, gênero, classe e outros marcadores de poder em diversas mídias e práticas comunicativas. Em uma primeira aproximação, observamos que as pessoas que utilizam o conceito preferem citar Kimberlé Crenshaw (1989; 1991; 2002) a obras mais recentes sobre a interseccionalidade (Collins; Bilge, 2021 [2016]; Akotirene, 2018) e/ou

sobre sua constituição como uma teoria social crítica (Collins, 2022 [2019]). É ainda mais raro encontrarmos citações às contribuições de autorias do próprio campo da Comunicação sobre o uso da interseccionalidade nesse contexto (Carrera, 2021a; 2021b; Furtado; Guimarães Corrêa, 2024; Guimarães Corrêa *et al.*, 2018; Guimarães Corrêa, 2020; Moreno Fernandes; Belmiro, 2019; Moreno Fernandes, 2023).

Em pesquisas da Comunicação que se filiam à noção de interseccionalidade, ainda é possível identificar rastros do problema discutido na seção anterior, isto é, a preferência por abordar ou centralizar outras categorias de poder, desviando o foco da dimensão racial. Para além do campo da Comunicação, este fenômeno foi discutido por Sirma Bilge (2013; 2014) e Carla Akotirene (2018) nos termos de certa despolitização da interseccionalidade e neutralização de seu potencial crítico para a justiça social. Segundo as autoras, determinados círculos acadêmicos feministas, operando sob lógicas neoliberais da economia do conhecimento, promovem um embranquecimento da interseccionalidade, desvinculando-o das bases feministas negras que a originaram e da centralidade da luta antirracista em seu pensamento e sua práxis. Bilge (2014) aponta algumas técnicas utilizadas para desracializar a interseccionalidade:

- a) a negação da relevância da raça nas análises, universalizando a abordagem e a aproximando de noções pós-raciais;
- b) o reducionismo da raça à não-brancura, desconsiderando o papel da branquitude em conformar noções de gênero, sexualidade, classe e outros marcadores;
- c) a dissociação entre a identidade branca e a branquitude como categoria de poder, criando falsas equivalências entre opressões.

Akotirene (2018), por sua vez, critica o uso do termo “feminismo interseccional”, especialmente por setores neoliberais, na medida em que tal formulação eclipsa a centralidade da raça como categoria analítica inseparável do conceito de interseccionalidade. Em artigos no campo da Comunicação que reivindicam a noção de interseccionalidade<sup>5</sup>, encontramos algumas formas como esta distorção emerge:

- a) a hierarquização entre categorias de poder que tende à predileção pelo gênero, sexualidade e classe, omitindo a dimensão racial;

<sup>5</sup> Esta observação preliminar sobre os artigos que abordam a interseccionalidade e as questões de raça, gênero e classe no campo da Comunicação faz parte de uma pesquisa mais ampla em andamento, ainda não publicada.

- b) a centralização do gênero articulado a marcadores não raciais, apenas mencionando ou descrevendo a existência da raça sem aprofundar em suas implicações para o fenômeno analisado;
- c) a escolha arbitrária pelo gênero como central, sem atenção à raça, para analisar fenômenos em que a raça é a principal categoria de poder;
- d) a separação entre três categorias – homens, mulheres brancas, mulheres negras – como uma concessão frágil e insuficiente às demandas por discutir a desigualdade racial.

No caso dos trabalhos abrigados pela terceira distorção, o resultado é a produção de um falseamento da realidade: opta-se por centralizar as mulheres brancas como vítimas e omitir a posição superior que ocupam em relação não apenas às mulheres negras, mas também aos homens negros, nos contextos analisados. Já o caso observado no quarto grupo reforça a concepção simplista de que as mulheres como um todo são exploradas por todos os homens e as mulheres negras são ainda mais exploradas. Com isso, omite os privilégios de raça e classe dos quais as mulheres brancas usufruem e por meio dos quais oprimem pessoas negras, independentemente do gênero. Essa opção analítica também invisibiliza formas de violência interseccional, operadas também por mulheres brancas, que incidem especificamente sobre homens negros.

Consideramos importante demarcar a constituição da interseccionalidade como uma ferramenta analítica que deve, necessariamente, se guiar por um propósito de justiça social. Segundo Collins (2017, 2022), embora a associação entre a interseccionalidade e a justiça social seja tomada como um pressuposto, no decorrer de sua institucionalização no espaço acadêmico, em muitos contextos, esse princípio foi negligenciado, destituindo a interseccionalidade de sua visão crítica. Para a autora, o uso da interseccionalidade deve envolver uma reflexão crítica em relação a seu próprio posicionamento ético dentro das relações de poder entrecruzadas que se propõe a analisar. Em diálogo com a autora, Carrera (2021a) defende que este *ethos* de justiça social é imprescindível para qualquer esforço científico em torno da interseccionalidade.

Ao mobilizar essa ferramenta teórico-metodológica no campo da Comunicação, o foco nas contribuições de intelectuais negras (Guimarães Corrêa *et al.*, 2018) e a centralização do conhecimento de sujeitas das margens, a partir de lugares epistêmicos no entrecruzamento de opressões (Guimarães Corrêa, 2020; 2024; Guimarães Corrêa; Furtado, 2024), são formas de reconhecer, valorizar e resguardar a filiação da interseccionalidade ao pensamento feminista

negro. A roleta interseccional, ao combinar a interseccionalidade à análise do discurso, oferece um caminho profícuo para examinar as formações interseccionais-discursivas, as negociações e o *ethos* atrelados ao entrecruzamento de opressões e privilégios (Carrera, 2021a; 2021b). Por fim, aliando as produções estrangeiras sobre a interseccionalidade às contribuições de pensadoras negras brasileiras sobre a interação entre raça, gênero e classe (Bairros, 1995; Carneiro, 1995; 2003; Gonzalez, 1984; 2018; Nascimento, 2007), é possível concretizar uma abordagem atenta às nossas especificidades culturais para a pesquisa em Comunicação.

Nesse contexto, propomos as seguintes perguntas para avaliar o uso ético da interseccionalidade em trabalho do campo da Comunicação:

- O trabalho examina o papel da raça no fenômeno analisado, em suas dimensões de opressão e privilégio, em interação com outros marcadores de poder?
- O trabalho promove um diálogo robusto com o pensamento feminista negro?

#### **4. Sobre o diálogo com autorias racializadas**

Outro ponto importante que tem mobilizado nossa atenção são as práticas de citação do campo, considerando que as escolhas bibliográficas conformam não apenas as preferências teórico-metodológicas, mas também as afiliações políticas e epistêmicas que fundamentam os modos de compreensão dos fenômenos. As ações afirmativas para pessoas negras e indígenas na pós-graduação tiveram impactos significativos na circulação do conhecimento de autorias racializadas, brasileiras e estrangeiras, na produção científica do país. Ao analisar a própria realidade, essas pessoas têm denunciado a insuficiência das fontes hegemônicas para explicar fenômenos atravessados por cosmopercepções alternativas ao eurocentrismo.

No contexto da Comunicação, esse impacto já se faz visível nos eventos nacionais: em seu mapeamento dos grupos de pesquisa/trabalho sobre relações raciais, Paulo Victor Melo (2023) identifica um esforço de resistência contra o epistemicídio, articulando conceitos relevantes para as lutas antirracistas e autorias do pensamento feminista negro e afrodispórico. Segundo o levantamento de Melo, as dez pessoas mais referenciados nesse conjunto de trabalhos são, nessa ordem: Muniz Sodré, Patricia Hill Collins, Silvio Almeida, bell hooks, Grada Kilomba, Stuart Hall, Frantz Fanon, Achille Mbembe, Sueli Carneiro e Kabengele Munanga. É inegável que este conjunto representa um avanço de extrema relevância para enegrecer as referências do campo e os modos de compreensão dos

fenômenos comunicacionais. No entanto, nos chama a atenção o fato de que apenas uma destas autorias, Muniz Sodré, seja um intelectual do próprio campo da Comunicação.

Nesse contexto, é possível traçar relações entre os resultados de Melo (2023) e nossa pesquisa (Furtado, 2024): embora os estudos decoloniais citem muito mais autorias brancas do que negras, as autorias negras estrangeiras também aparecem em maior número do que as brasileiras. Além disso, Muniz Sodré também é a única pessoa negra brasileira do próprio campo da Comunicação a figurar entre as mais referenciadas. No conjunto analisado, das autorias mais referenciadas: 20 são pessoas brancas e apenas 11 são não-brancas, há mais autorias negras estrangeiras do que brasileiras, e há uma tendência à guetificação das autorias negras, que costumam ser citadas em bloco, de maneira segregada das autorias brancas mais referenciadas.

Como destaca Sara Ahmed (2017), a citação é um mecanismo de memória, uma forma de reconhecimento às pessoas que vieram antes de nós. A autora toma as práticas de citação como tijolos na construção do espaço que habitamos e na configuração das instituições em que estamos inseridas. Em outra abordagem crítica das práticas de citação, Jennifer Nash (2020) problematiza a apropriação das histórias, teorias, métodos e genealogias do pensamento feminista negro. Segundo a autora, tal apropriação não toma como responsabilidade central a citação e discussão de pesquisas anteriores, feitas por mulheres negras que trabalharam intensamente para criar espaços para a presença e a teoria feminista negra no ambiente acadêmico.

O objetivo desta reflexão não é menosprezar as muitas e importantes contribuições de autorias negras de outros pontos da diáspora para a pesquisa científica brasileira. Tampouco, argumentar contra as contribuições interdisciplinares para o campo da Comunicação. Ambas são de extrema relevância na construção coletiva das epistemologias negras no pensamento social brasileiro; a conexão com intelectuais de diferentes disciplinas e lugares enriquece a compreensão de fenômenos sociais. No entanto, reconhecidas estas contribuições, defendemos a importância de valorizar também pessoas pesquisadoras negras brasileiras e do próprio campo da Comunicação – em especial, pesquisadoras/es seniores. Assim, é possível lançar luz sobre nossas especificidades culturais, desenvolver e aprofundar compreensões propriamente comunicacionais dos fenômenos abordados, estreitar o diálogo com colegas do campo e consolidar a relevância das questões raciais pela perspectiva comunicacional.

O apagamento histórico da produção intelectual negra, junto à hipervisibilidade da produção científica branca, pode levar a uma falsa impressão de que determinada pesquisa inaugura a discussão sobre relações raciais naquele campo de estudos ou em relação a um objeto específico. Esta noção reverbera o erro já identificado por Ann DuCille (1994) em pesquisas feitas por mulheres brancas e homens, independentemente da raça, sobre mulheres negras. As pesquisas analisadas tratavam os estudos feministas negros não como uma disciplina, com sua própria história e seu próprio conjunto de pesquisas e cientistas, mas como um campo aberto e inexplorado em que qualquer pessoa pode contribuir, mesmo sem conhecer e sem dialogar com as pesquisas anteriores. Segundo a autora, essa prática deságua em uma espécie de reinvenção da roda intelectual em que, por não se engajarem com a tradição intelectual feminista negra já existente, algumas pesquisas afirmam um caráter inovador que não se confirma, mas apenas ignora a genealogia do campo. Além disso, tais estudos também se aproximam do que Geni Núñez denomina *caravelagem epistêmica*: “o costume dos não indígenas de descobrir o que já existia e assinar, ainda, sua autoria em conhecimentos que já vínhamos tecendo havia tanto tempo” (Núñez, 2023, p. 34). Reencenando práticas históricas de epistemicídio (Carneiro, 2023), mantém-se a exclusão de sujeitas/os marginalizadas/os, invisibilizando-as/os, ainda que admita-se, de maneira indireta, a relevância de sua contribuição intelectual.

Estas concepções equivocadas emergem também em afirmações como: “não existem pessoas negras estudando a tal questão na Comunicação”; “não existem estudos sobre racismo/antirracismo em tal subárea” – frases que lemos/ouvimos com frequência como justificativa de pesquisas sobre Comunicação e relações raciais. No entanto, estas pessoas negras e suas pesquisas existem, ainda que não constituam a norma do campo e não usufruam dos mesmos privilégios de visibilidade, capital social e prestígio na circulação de sua produção científica. A ausência ou baixa incidência de diálogo com autorias negras do próprio campo da Comunicação acaba por reforçar a invisibilização de sua produção, provocando impactos em suas carreiras (Chakravarthy *et al.*, 2018) e perpetuando o epistemicídio em sua dimensão intradisciplinar. Dialogar com pessoas negras do nosso campo e país é um passo importante para a consolidação de epistemes negras comunicacionais e tem, ainda, o benefício coletivo de fortalecer as redes de pesquisa para fins científicos e políticos.

Nesta seção, propomos as seguintes perguntas para avaliar, a partir de uma ética antirracista, as referências de trabalhos no campo da Comunicação:

- O trabalho dialoga com autorias racializadas?
- O trabalho dialoga com autorias racializadas do próprio campo da Comunicação que estudam este tema?

## 5. Sobre as hierarquias raciais nas referências

Também temos nos ocupado, em nossas discussões, dos modos como autorias negras são referenciadas, instituindo hierarquias segundo critérios raciais. Em sua abordagem das tentativas de descolonização intelectual na produção acadêmica, Leon Moosavi (2020) identifica limitações como:

- a concentração das referências no Norte Global;
- a redução da ideia de descolonização a uma “tarefa simples”;
- a essencialização e apropriação do Sul Global;
- a negligência com o caráter multifacetado da marginalização no espaço acadêmico;
- o *tokenismo*<sup>6</sup>;
- o nativismo<sup>7</sup>, uma forma de nacionalizar ou situar as referências no Sul Global sem atentar para seu caráter crítico.

No Brasil, a subordinação eurocêntrica/nortecêntrica ainda é mais comum do que o nativismo, mas o alerta do autor nos chama a atenção para a tendência das elites de pesquisadores brancos brasileiros em citar apenas uns aos outros, ignorando, por exemplo, as contribuições de autorias negras e indígenas. É possível, portanto, traçar paralelos entre o contexto discutido pelo autor e práticas comuns na produção científica brasileira, fortemente marcada pelo racismo em sua dimensão epistêmica.

Uma reivindicação recorrente de estudantes negras/es/os na pós-graduação é demandar que bibliografias racializadas sejam acrescentadas ao programa das disciplinas, notadamente

<sup>6</sup> Tokenismo é a forma como instituições aparentam ser mais progressistas do que são, por meio de pequenas concessões a pessoas negras ou de outras minorias políticas, enquanto as hierarquias de raça, gênero, classe e outros marcadores de poder permanecem intactas. Este fenômeno se caracteriza por uma integração frágil e precária como representativa de diversidade e igualdade, por meio da inclusão de poucos indivíduos sem mudanças coletivas e da hipervisibilidade destes poucos símbolos (*tokens*) como forma de alegar que não há discriminação na instituição. O termo em inglês, *tokenism*, foi utilizado por Martin Luther King Jr. para criticar esta prática em 1962. Disponível em <https://bit.ly/3BpM3a2>. Acesso em: 1 out. 2024.

<sup>7</sup> O termo é utilizado por Moosavi (2020) para designar a prática de glorificar produções acadêmicas e autorias do Sul Global apenas por sua origem, promovendo uma espécie de “nacionalismo de terceiro mundo”. Na visão do autor, “A descolonização nativista também pode ser defendida pelas elites políticas do Sul Global, cujo verdadeiro objetivo é fortalecer sua própria agenda política populista” (Moosavi, 2020, p. 16, tradução nossa).

brancas e eurocêntricas. Como este caráter branco e eurocêntrico diz respeito à formação acadêmica brasileira de modo mais amplo, é comum que autorias negras apenas recentemente tenham sido integradas ao repertório do corpo docente, muitas vezes em resposta às reivindicações de estudantes e orientandas/es/os negras/es/os. Isto é ainda mais significativo no caso de docentes brancos/as, posicionados de maneira mais confortável em meio a essa normatividade branca. O acréscimo tardio de autorias negras ao repertório epistêmico é perceptível na produção científica por meio de alguns indícios:

- a) o desequilíbrio entre referências brancas e racializadas, em que estas aparecem em menor número, apenas para cumprir uma cota mínima;
- b) a desigualdade numérica entre as citações, em que autorias racializadas são citadas menos vezes ao longo do texto;
- c) a centralidade das referências brancas, que fundamentam o argumento principal, enquanto as referências negras são marginalizadas ou acrescentadas *a posteriori*, como “acessórios”, tendo um peso menor na pesquisa;
- d) a mobilização de contribuições de autorias negras de maneira descontextualizada, em temas que não são sua especialidade;
- e) a citação de referências famosas sobre raça em outros contextos, sem diálogo com a tradição anterior de trabalhos de pessoas negras sobre as subáreas e objetos específicos.

Ao avaliar a abordagem de questões raciais em um conjunto de estudos da Comunicação, identificamos a prática de falar de relações raciais sem dialogar com autorias racializadas ou, ainda, sem mobilizar nenhuma bibliografia para fundamentar esta parte da discussão (Furtado, 2024). Considerando que a pesquisa acadêmica envolve fundamentar nosso pensamento e indicar as fontes que amparam nossos argumentos, o que explicaria a recorrência deste problema na abordagem de questões raciais, inclusive em trabalhos de pesquisadores/as experientes? Algumas possibilidades são:

- a) a desconsideração das relações raciais como um tema de conhecimento, sobre o qual é necessário estudar;
- b) a desconsideração das muitas autorias que estudam este tema como cientistas, intelectuais, que produzem conhecimento, a quem é necessário ler, citar e debater suas ideias;
- c) a falsa impressão de que a dimensão racial do fenômeno é óbvia e, portanto, dispensa fundamentação, ou de que abordar a camada óbvia e superficial já é suficiente para suprir a discussão racial;

d) certo paternalismo que faz com que pessoas brancas evitem discutir e criticar, de maneira aprofundada e fundamentada, proposições teóricas de pessoas negras.

Nesse contexto, outra forma possível de hierarquização das referências é restringir as contribuições de autorias racializadas apenas às questões raciais. Este é um indício do acréscimo tardio dessas autorias ao repertório acadêmico das pessoas, principalmente brancas, e marginalização das contribuições de autorias negras na elaboração de pesquisas. Além disso, demonstra uma concepção equivocada de que pessoas racializadas só produziriam conhecimento relevante e legítimo sobre suas próprias experiências raciais, e não sobre os diversos temas que estudam. Além disso, tal tendência evidencia uma dificuldade generalizada de reconhecer – ao contrário do que acontece com o pensamento de homens brancos europeus – modos de dialogar e ampliar as questões abordadas por autorias negras.

Desse modo, propomos as seguintes perguntas em relação à dimensão qualitativa das referências do trabalho analisado:

- O trabalho hierarquiza as referências segundo critérios raciais?
- O trabalho dialoga com autorias racializadas para fundamentar a discussão racial?
- O trabalho restringe as contribuições racializadas às questões raciais?

## 6. Sobre as dinâmicas de responsabilidade epistêmica

Além das questões discutidas até aqui, também identificamos a falta de responsabilidade com autorias negras e de outros grupos racializados, negando sua autoridade como produtoras de conhecimento – o que reforça estereótipos racistas sobre a intelectualidade de pessoas racializadas. Em função disso, conceitos desenvolvidos por autorias racializadas, além de esvaziados, costumam ter sua autoria invisibilizada. Se, na abordagem de referências brancas, todos os conceitos têm árvore genealógica, com foco em pai e/ou mãe, aqueles produzidos por pessoas negras frequentemente são usados sem que sua tradição teórica seja devidamente referenciada. É o que acontece com conceitos como interseccionalidade (Crenshaw, 1989; 1991; 2002; Collins, 2017; 2021; 2022), contracolonização (Santos, 2023), pensamento feminista negro e categorias relacionadas, como autodefinição, autoavaliação, imagens de controle (Collins, 2019), entre outros. Ademais, estes conceitos costumam ser apresentados de forma superficial, de passagem, negando a contribuição de autorias negras para explicar a sociedade de maneira complexa.

Eles costumam ser usados como simples palavras dicionarizadas, ignorando-se a tradição intelectual que fundamenta sua aplicabilidade. Assim como no caso das relações raciais, o uso de tais conceitos sugere que eles são tão óbvios que dispensam a contextualização e explicação aprofundadas. Ou, quando cita-se alguma fonte, ela aparece isolada, sem considerar o desenvolvimento, ao longo do tempo, que tais conceitos tiveram.

Tais práticas convergem, ainda, para a pouca centralidade de conceitos desenvolvidos por autorias racializadas, fazendo com que eles figurem como acessórios, conforme discutimos anteriormente. A pressão de pessoas negras para que tais referências e perspectivas epistêmicas entrassem nos planos de ensino teve como consequência que elas fossem tratadas em dossiês de importantes periódicos da área. Acreditamos que isso pode fazer com que, muitas vezes, esses conceitos sejam utilizados apenas para se adequar à demanda de tais dossiês sem que sejam o ponto central dos trabalhos submetidos à avaliação. Considerando a problemática da desigualdade racial do campo, é possível que estes problemas passem despercebidos, na medida em que podem faltar, também nas áreas de edição e avaliação, pessoas com conhecimento profundo dos temas desses dossiês. Além disso, essa desigualdade pode produzir uma sobrecarga nas poucas pessoas, majoritariamente negras, que se propõem a estudar, com a devida profundidade, as relações raciais – reencenando a lógica colonial e escravista que atribui às pessoas negras o dever de servir às pessoas brancas.

A responsabilidade epistêmica, por fim, é uma régua que ajuda a medir se as limitações dos conceitos propostos por pessoas negras são reconhecidas, admitindo a falibilidade como uma característica de sua humanidade. Ou seja, é preciso verificar se os conceitos não estão sendo usados, seguindo uma moda e/ou de forma descontextualizada, para explicar fenômenos para os quais eles não são suficientes ou para os quais não foram direcionados. Há casos, inclusive, em que essa insuficiência ou inadequação é abordada na própria base teórica do conceito, sendo apropriado a despeito da proposta das autorias racializadas que o criaram para aplicação descontextualizada e supostamente universal. É importante pontuar, inclusive, que própria noção de universalidade é contestada por muitos grupos marginalizados, em especial por mulheres, independentemente da raça, e por homens negros.

Propomos, no que diz respeito às dinâmicas responsabilidade epistêmica, as seguintes questões:

- São desenvolvidas bases sólidas para a abordagem de conceitos desenvolvidos por pessoas negras?
- A centralidade das pessoas negras na autoria desses conceitos é evidenciada?
- Esses conceitos são centrais para o debate proposto ou apenas acessórios?

## 6. Considerações finais

Neste artigo, discutimos avanços coletivos na constituição de uma ética antirracista no campo da Comunicação no Brasil. Debatemos, especialmente, os desafios que emergiram a partir do crescente interesse em abordar a dimensão racial de seus objetos empíricos, bem como algumas das lacunas que identificamos em nossas experiências de diálogo com a produção do campo. Nesse contexto, apresentamos pontos de discussão centrais para aprimorar as iniciativas antirracistas na pesquisa em Comunicação, abordando práticas teórico-metodológicas e de citação como formas de refletir, individual e coletivamente, sobre decisões políticas que fazem parte da produção científica.

Debatemos estes pontos de discussão como uma proposta inicial para esboçar um mapa de critérios qualitativos para a (auto)avaliação das práticas de pesquisa, reunindo ferramentas para o engajamento crítico com a produção do campo de maneira orientada por uma ética antirracista. O objetivo deste artigo não é propor um sistema fechado, mas compartilhar nossas impressões e manifestar nosso desejo de diálogo com colegas do campo para melhor desenvolver estas ferramentas. Afinal, esta proposta não é apenas fortalecida por nossas experiências de pesquisa, mas também permeada e limitada por nossos próprios vieses e pontos cegos.

Reforçamos, ainda, que a ética antirracista não deve ser tomada como central apenas nas pesquisas que abordam, especificamente, as relações raciais. Similarmente, defendemos que as citações a autorias negras não devem ser feitas de forma guetificada. O aumento de pessoas racializadas no espaço acadêmico tem como uma de suas consequências positivas a produção de conhecimento, a partir de uma perspectiva racializada, sobre temas até então considerados universais, e nos quais predominava a perspectiva branca. Ecoando o que foi discutido por Patricia Hill Collins (2019), o ponto de vista de pessoas marginalizadas tem o potencial de revelar pontos cegos das perspectivas hegemônicas para além da dimensão racial, propondo leituras críticas e soluções criativas para problemas sociais e de pesquisa. Por fim, sabemos que produzir conhecimento a partir de uma ética antirracista não é tarefa

fácil: demanda um engajamento autorreflexivo por meio da atenção constante aos conceitos acionados, às referências selecionadas, ao modo de aprofundamento na produção intelectual de cada uma delas etc. Esperamos que as perguntas aqui formuladas, priorizando os objetivos didático e dialógico que pautaram a escrita desse texto, possam oferecer caminhos para fortalecer a consolidação da ética antirracista no campo da Comunicação.

## Referências

- AHMED, Sara. **Living a Feminist Life**. Durham; London: Duke University Press, 2017.
- AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- BAIRROS, Luiza. Nossos feminismos revisitados. **Estudos Feministas**, v. 3, n. 2, p. 458-463, 1995.
- BILGE, Sirma. Intersectionality undone: Saving Intersectionality from Feminist Intersectionality Studies. **Du Bois Review: Social Science Research on Race**, v. 10, n. 2, p. 405-424, 2013.  
<https://doi.org/10.1017/S1742058X13000283>.
- BILGE, Sirma. Whitening Intersectionality: Evanescence of Race in Intersectionality Scholarship. In: HUND, W. D.; LENTIN, A. (Eds.). **Racism and Sociology**. London: LIT Verlag, 2014. p. 175-205.
- CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade**: a construção do outro como não ser como fundamento do ser. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.
- CARNEIRO, Sueli. Gênero, raça e ascensão social. **Revista Estudos Feministas**, v. 3, n. 2, p. 544-552, 1995.
- CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, v. 17, n. 49, p. 117-132, 2003.
- CARRERA, Fernanda. Roleta interseccional: proposta metodológica para análises em Comunicação. **E-Compós**, v. 24, 2021a. <https://doi.org/10.30962/ec.2198>.
- CARRERA, Fernanda. Para além da descrição da diferença: apontamentos sobre o método da roleta interseccional para estudos em Comunicação. **Liinc em Revista**, v. 17, n. 2, e5715, 2021b.  
<https://doi.org/10.18617/liinc.v17i2.5715>.
- CHAKRAVARTTY, Paula; KUO, Rachel; GRUBBS, Victoria; MCILWAIN, Charlton. #CommunicationSoWhite. **Journal of Communication**, v. 68, n. 2, p. 254-266, 2018.  
<https://doi.org/10.1093/joc/jqy003>.
- COLLINS, Patricia Hill. Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. **Parágrafo**, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 6-17, jan./jun. 2017.
- COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro**: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. São Paulo: Boitempo, 2019.
- COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021.
- COLLINS, Patricia Hill. **Bem mais que ideias**: a Interseccionalidade como teoria social crítica. São Paulo: Boitempo, 2022.

CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. **University of Chicago Legal Forum**, v. 1, art. 8, 1989.

CRENSHAW, Kimberlé. Mapping the margins: Intersectionality, identity politics, and violence against women of color. **Stanford Law Review**, v. 43, n. 6, p. 1241-1299, jul. 1991.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, ano 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

DUCILLE, Ann. The Occult of True Black Womanhood: Critical Demeanor and Black Feminist Studies. **Signs: Journal of Women in Culture and Society**, v. 19, n. 3, p. 591-629, 1994. <https://doi.org/10.1086/494914>.

GONZALEZ, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. Revista Ciências Sociais Hoje, p. 223-244, 1984.

GONZALEZ, Lélia. The Black Woman in Brazil. In: Moore, C. (Org.). **African Presence in the Americas**. Trad. Barbara Cruz. Trenton: African World Press, 1995. p. 313-328.

GONZALEZ, Lélia. **Primavera para as rosas negras**: Lélia Gonzalez em primeira pessoa. São Paulo: Diáspora Africana, 2018.

GUIMARÃES CORRÊA, L. et al. Entre o interacional e o interseccional: Contribuições teórico-conceituais das intelectuais negras para pensar a comunicação. **Revista Eco-Pós**, v. 21, n. 3, p. 147-169, 2018. <https://doi.org/10.29146/eco-pos.v21i3.20198>.

GUIMARÃES CORRÊA, Laura. Intersectionality: A challenge for cultural studies in the 2020s. **International Journal of Cultural Studies**, v. 23, n. 6, p. 823-832, nov. 2020. <https://doi.org/10.1177/1367877920944181>.

GUIMARÃES CORRÊA, L. Four concepts to think from the South. **International Journal of Cultural Studies**, v. 27, n. 2, p. 143-154, 2024. <https://doi.org/10.1177/13678779231218395>.

GUIMARÃES CORRÊA, Laura; FURTADO, Lucianna. Nós e vínculos: reflexões sobre a produção intelectual que vem de um duplo lugar. In: GUIMARÃES CORRÊA, L. et. al. **Vozes negras em Comunicação II: interseções, diálogos e caminhos**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2024.

FURTADO, Lucianna; SEPULVEDA, Lucas Afonso. Morte e epistemicídio: silêncios e ausências nas produções acadêmicas em Comunicação sobre assassinatos. **Comunicação & Sociedade**, São Bernardo do Campo, v. 44, n. 3, p. 219-249, set./dez. 2022. Disponível em: <https://revistas.metodista.br/index.php/comunicacaosociedade/article/view/438>.

FURTADO, Lucianna; GUIMARÃES CORRÊA, Laura. Intersectional methods to study the intellectual production of a Black female samba composer. **International Journal of Cultural Studies**, v. 27, n. 6, p. 719-735, 2024. <https://doi.org/10.1177/13678779241268>.

FURTADO, Lucianna. Que decolonialidade é essa nos estudos comunicacionais? Questões raciais na práxis decolonial no campo da Comunicação (2014-2023). In: Anais do 33º Encontro Anual da Compós, 2024, Niterói. **Anais eletrônicos...** Campinas, Galoá, 2024. Disponível em: <https://proceedings.science/compos/compos-2024/trabalhos/que-decolonialidade-e-essa-nos-estudos-comunicacionais-questoes-raciais-na-praxi?lang=pt-br>. Acesso em: 27 set. 2024.

MELO, Paulo Victor Purificação. Tendências de pesquisa em Comunicação e Relações Raciais no Brasil: análise da produção em eventos científicos de Comunicação (2022-2023). **Esferas**, ano 13, v. 3, n. 28, 2023. <https://doi.org/10.31501/esf.v1i28.14684>.

MESSIAS, Felipe. **O que você vê?**: lentes de raça e de gênero nas descrições de fotografias de pessoas negras. 2023. 197f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2023. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/61397>. Acesso em 11 mar. 2024.

MONTORO, Tania; FERREIRA, Ceiça. Gênero e raça: um mergulho nos estudos de comunicação e recepção. **Animus - Revista Interamericana de Comunicação Midiática**, v. 13, n. 25, 2014. DOI: 10.5902/2175497713041. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/animus/article/view/13041>. Acesso em: 2 out. 2024.

MOOSAVI, Leon. The decolonial bandwagon and the dangers of intellectual decolonisation. **International Review of Sociology**, v. 30, n. 2, p. 332-354, 2020. <https://doi.org/10.1080/03906701.2020.1776919>.

MORENO FERNANDES, Pablo; BELMIRO, Dalila Maria Musa. Gênero e raça na comunicação de marcas: A dimensão política do consumo sob uma perspectiva interseccional. **Revista Observatório**, [S. l.], v. 5, n. 5, p. 855-889, 2019. DOI: 10.20873/uft.2447-4266.2019v5n5p855. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/observatorio/article/view/7166>.

MORENO FERNANDES, Pablo. Raça, gênero, classe e outras interseccionalidades na comunicação de marcas: Uma proposta de análise interseccional semiótica. **Revista FAMECOS**, [S. l.], v. 30, n. 1, p. e43673, 2023. DOI: 10.15448/1980-3729.2023.1.43673. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/revistafamecos/article/view/43673>.

MOURA, Dione Oliveira; SANTOS, Deborah Silva (Org.). **Vá no seu tempo e vá até o final**: mulheres negras cotistas no marco dos 60 anos da UnB. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.26512/9786558461210>. Acesso em: 2 out. 2024.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

NASCIMENTO, Abdias. **Sitiado em Lagos**: autodefesa de um negro acossado pelo racismo. 2. ed. rev. aument. São Paulo: Perspectiva; Rio de Janeiro: Ipeafro, 2024.

NASCIMENTO, Beatriz. É tempo de falarmos de nós mesmos. In: RATTS, Alex (Org.). **Eu sou atlântica**: Sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Instituto Kuanza; Imprensa Oficial, 2007. p. 91-129.

NASH, Jennifer C. Citational Desires: On Black Feminism's Institutional Longings. **Diacritics**, v. 48, n. 3, p. 76-91, 2020. <https://doi.org/10.1353/dia.2020.0020>.

NÚÑEZ, Geni. **Descolonizando afetos**: experimentações sobre outras formas de amar. São Paulo: Planeta do Brasil, 2023.

PASSÔ, Grace. **Mata teu pai**. 2. ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2023.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **Colonização, quilombos**: modos e significações. 2 ed. rev. e ampl. Brasília: Ayô, 2023.

SIFUENTES, Lírian. Perspectivas interseccionais de gênero, classe e raça: um mapeamento de estudos de Comunicação. **Mídia e Cotidiano**, v. 16, n. 3, p. 7-27, set./dez. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/rmc.v16i3.54630>. Acesso em: 2 out. 2024.

SODRÉ, Muniz. **O fascismo da cor**: Uma radiografia do racismo nacional. Petrópolis: Editora Vozes, 2023.